

Contribuições da Agricultura Familiar para a Consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

 Diego Neves de Sousa¹,  Maria Eduarda Ribeiro de Jesus²,  Márcia Mascarenhas Grise³

¹ Embrapa Pesca e Aquicultura. Prolongamento da Avenida NS 10, cruzamento com a Av. LO 18 Sentido Norte Loteamento - Água Fria. Palmas - TO. Brasil. ² Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO. ³ Embrapa Pesca e Aquicultura.

Autor para correspondência/Author for correspondence: diego.sousa@embrapa.br

RESUMO. Para o cumprimento das metas demandadas pela agenda 2030 indispensável está o fortalecimento dos diferentes grupos da agricultura familiar o qual representa uma oportunidade viável para o desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, este estudo tem como objetivo analisar produções bibliográficas do período de 2014 a 2021 sobre as contribuições da agricultura familiar para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A metodologia adotada foi a técnica de revisão bibliométrica. Os resultados apontam que a partir da oficialização em 2018 da Década da Agricultura Familiar (2019-2028), com o intuito de executar um plano de ação de combate à fome e à pobreza por meio dos agricultores familiares, é que o número de publicações se destacou ainda mais no âmbito das métricas dos ODS.

Palavras-chave: Políticas públicas, desenvolvimento rural, educação, pobreza, sustentabilidade.

Contributions of Family Farming to the Achievement of the Sustainable Development Goals (SDG)

ABSTRACT. In order to meet the goals demanded by the 2030 agenda, it is essential to strengthen the different groups in family farming, which represents a viable opportunity for sustainable rural development. In this sense, this study aims to analyze bibliographic productions from 2014 to 2021 on the contributions of family farming to the achievement of the Sustainable Development Goals. The methodology adopted was the bibliometric review technique. The results indicate that from the officialization in 2018 of the Decade of Family Agriculture (2019-2028), with the aim of executing an action plan to combat hunger and poverty through family farmers, the number of publications increased, highlighted even more within the scope of SDG metrics.

Keywords: Public policies, rural development, education, poverty, sustainability.

Aportes de la Agricultura Familiar al Logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS)

RESUMEN. Para cumplir con las metas que demanda la agenda 2030, es fundamental fortalecer a los diferentes grupos en la agricultura familiar, que representa una oportunidad viable para el desarrollo rural sostenible. En ese sentido, este estudio tiene como objetivo analizar las producciones bibliográficas de 2014 a 2021 sobre las contribuciones de la agricultura familiar para el logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible. La metodología adoptada fue la técnica de revisión bibliométrica. Los resultados indican que a partir de la oficialización en 2018 de la Década de la Agricultura Familiar (2019-2028), con el objetivo de ejecutar un plan de acción para combatir el hambre y la pobreza a través de la agricultura familiar, se incrementó el número de publicaciones, destacando aún más dentro del alcance de las métricas de los ODS.

Palabras clave: Políticas públicas, desarrollo rural, educación, pobreza, sostenibilidad.

Introdução

Nos dias atuais, diversas nações têm se mostrado sensibilizadas a ter como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas suas práticas de gestão, os quais se caracterizam como uma agenda de ações sustentáveis que visa, em suma, a promoção do bem-estar e a qualidade de vida da sociedade, em uma concepção unívoca de que o homem não se separa do meio onde vive (Gregolin *et al.*, 2017). Os ODS (ou também podemos referi-los como Agenda 2030) são uma coleção de objetivos e metas globais, estabelecidas em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao reconhecer a necessidade de considerar e equilibrar concomitantemente as dimensões: social, econômica e ambiental do desenvolvimento (Cardoso; Rodrigues Junior & Gaspar, 2019; Souza; Viana & Fonseca Filho, 2019).

Dentre os vários aspectos inerentes a Agenda 2030, destacam-se os 17 ODS que são orientados para erradicação da pobreza (ODS 1); combate a fome e fomento a agricultura sustentável (ODS 2); promoção da saúde e bem-estar social (ODS 3); promoção da educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ODS 4); igualdade de gênero e ao empoderamento da mulher (ODS 5); acesso à água potável e saneamento básico (ODS 6); garantia de energia limpa e acessível (ODS 7); promoção do emprego pleno, trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8); fomento a indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9); redução das desigualdades (ODS 10); fomento as cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); padrões de produção e consumo sustentáveis (ODS 12); combate às mudanças climáticas e aos seus impactos (ODS 13); uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos (ODS 14); recuperação e à promoção do uso consciente dos ecossistemas terrestres (ODS 15); promoção de paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) e articulação de parcerias e meios de implementação (ODS 17) (Nações Unidas, 2021).

O conceito e as premissas do que se entende por desenvolvimento sustentável se encontram em voga, e isso se deve, em parte, à complexidade do tema e também às novas realidades que a sociedade impõe (e seus desafios), o que oferece inúmeros subsídios práticos aos estudiosos da área. Em vista disso, ao revisar tratados sobre o desenvolvimento sustentável, Gregolin *et al.* (2017) notam o expressivo papel da agricultura na promoção da sustentabilidade ambiental. Indo a este encontro, Coletto *et al.* (2021) consideram que os públicos da agricultura familiar são atores estratégicos do meio rural que propiciam o desenvolvimento sustentável, a partir de aspectos sociais, econômicos, inclusão produtiva e respeito ao meio ambiente.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar produções bibliográficas do período de 2014 a 2021 sobre as contribuições da agricultura familiar para a consecução dos ODS.

Metodologia

Objetivando compreender a contribuição da agricultura familiar para a consecução dos ODS, este estudo utilizou-se de revisão bibliométrica para mapear trabalhos acerca do assunto no Brasil.

Entende-se por revisão bibliométrica uma técnica das ciências sociais com foco em métricas para analisar indicadores de produção e disseminação do conhecimento científico. É um recurso metodológico que permite analisar a produção científica de uma área do conhecimento ou tema específico a ser investigado em plataformas de busca de trabalhos acadêmicos. Sua aplicação contribui para o aprofundamento de determinado tema e pode também auxiliar na identificação de cenários prospectivos (ARAÚJO, 2006, SOUSA, 2019).

A pesquisa foi realizada em maio de 2021, com o apoio do Google Acadêmico, plataforma de pesquisas de literatura acadêmica. Definiu-se como palavras-chave: “agricultura familiar” e “ODS” para a busca de trabalhos em português publicados no período de 2014 a 2021. Após a aplicação desses filtros, o exercício foi ler os artigos, para se ter uma melhor visualização dos estudos e enumeração das seguintes categorias: o título, o ano de publicação, o local da pesquisa, a revista ou o congresso em que foi publicado, o objetivo, o tema, o público pesquisado, a metodologia adotada e os resultados constatados no estudo relacionado as metas dos ODS. Ao final da análise foi realizada a síntese dos principais resultados encontrados relacionando-os aos ODS.

De um total de 32 trabalhos mapeados, utilizou-se 21 que apresentaram evidência contextualizada das contribuições dos diferentes segmentos da agricultura familiar para alcançar os objetivos propostos pela Agenda 2030, objeto empírico em questão (Quadro 1). Ou seja, optou-se por documentos científicos que articulam explicitamente em seu conteúdo algum aspecto que remete a temática dos ODS.

Quadro 1 - Estudos mapeados.

Título	Ano de publicação	Tipo do trabalho	Categoria temática
Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade.	2014	Artigo	Políticas públicas
O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional.	2014	Relatório	Segurança alimentar
Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil.	2014	Artigo	Inclusão social e produtiva

A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe.	2016	Artigo	Inclusão social e produtiva; Desenvolvimento sustentável
O reconhecimento crescente da contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável.	2016	Artigo	Segurança alimentar; Desenvolvimento sustentável
Agricultura familiar e economia solidária: contextualização e apontamentos iniciais sobre uma aproximação com os 17 objetivos para transformar nosso mundo.	2017	Artigo	Cooperativismo
Contribuição à melhoria na produção junto à agricultura familiar, povos indígenas e populações tradicionais.	2018	Capítulo de livro	Inclusão social e produtiva
Agenda de pesquisa voltada à redução das desigualdades e à inclusão social.	2018	Capítulo de livro	Inclusão social e produtiva
Fome Zero e agricultura sustentável: contribuições da Embrapa.	2018	E-book	Inclusão social e produtiva; Segurança alimentar; Desenvolvimento sustentável
O direito humano a uma alimentação digna: como a agricultura familiar e as hortas domésticas auxiliam nesse direito.	2018	Artigo	Segurança alimentar
O mercado institucional da compra de alimentos da agricultura familiar: PAA e PNAE no território do Vale do Rio Pardo/RS.	2018	Artigo	Políticas públicas
Agricultura sustentável - um estudo.	2019	Artigo	Segurança alimentar; Desenvolvimento sustentável
Agroindústria familiar, ODS's e desenvolvimento alternativo: um estudo sobre a Fonte do Sabor do Semiárido Paraibano/Brasil.	2019	Artigo	Inclusão social e produtiva
A transição agroecológica como estratégia para desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar e nutricional.	2019	Capítulo de livro	Segurança alimentar Agroecologia
Alimentação escolar, agricultura familiar e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: aproximações a partir de estudo no município de Catuípe/RS.	2020	Artigo	Políticas públicas; Segurança alimentar
Compras públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: desenvolvimento da agricultura familiar e a democratização do alimento orgânico no DF.	2020	Artigo	Políticas públicas
Política pública para o desenvolvimento regional sustentável fortalecido pela agricultura familiar no município de Rio Branco.	2020	Artigo	Políticas públicas; Desenvolvimento Sustentável
Esquadrinhando conceitos essenciais: políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar.	2021	Capítulo de livro	Políticas públicas; Desenvolvimento Sustentável; Segurança alimentar
Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade.	2021	Capítulo de livro	Políticas públicas; Desenvolvimento Sustentável
Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.	2021	Relatório	Desenvolvimento sustentável
Tecnologias agropecuárias apropriadas para a transição agroecológica na agricultura familiar.	2021	Artigo	Desenvolvimento sustentável Agroecologia

Fonte: elaborado pelos autores.

Após a leitura dos trabalhos mapeados, foram selecionados os textos que abordaram o tema central do estudo – a contribuição da agricultura familiar para a consecução dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – e, como resultado obteve-se 21 trabalhos, divididos entre 13 artigos, 5 capítulos de livro, 1 e-book e 2 relatórios científicos que apresentaram evidência contextualizada do objeto empírico em questão (Quadro 2).

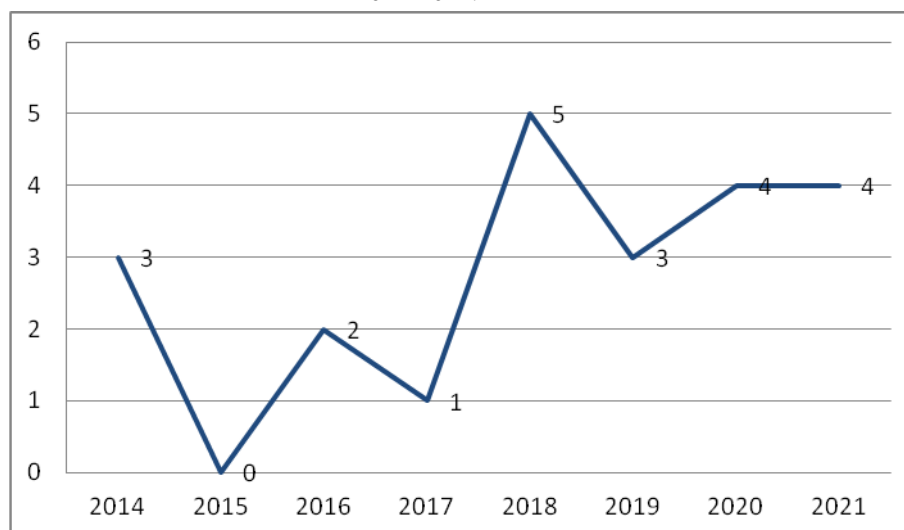
Quadro 2 - Trabalhos mapeados para análise bibliométrica

Tipo do trabalho	Quantidade
Artigos	13
Capítulos de livro	5
E-book	1
Relatórios	2

Fonte: elaborado pelos autores.

No ano de 2014 foram identificadas 3 publicações com a temática sobre sustentabilidade influenciada pelas metas do milênio que foram estabelecidas pela ONU em 2000 e que antecederam as ações da agenda 2030. Com exceção de 2015 que não houve nenhuma publicação acerca do tema, a partir de 2016 iniciou-se, sem interrupção temporal, a publicação de estudos sobre ODS e agricultura familiar, tendo destaque para o ano de 2018, quando houve o maior número de publicações (Figura 1).

Figura 1 - Evolução no número de publicações sobre a temática agricultura familiar e os ODS no período de 2014-2021.



Fonte: elaborado pelos autores.

Ao identificar que os trabalhos com essa temática começaram a ser publicados com mais ênfase a partir de 2018, verificou-se que este aumento está correlacionado ao período em que a ONU aprovou a resolução [A/RES/72/239](#), pela qual foi proclamada a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028), marco importante para a promoção de melhores políticas públicas para a agricultura familiar e o reconhecimento institucional

dessa categoria para contribuir com o fim da fome e da pobreza, e concomitantemente para o alcance dos ODS (FAO, 2019).

Neste prisma, no que se refere aos artigos provenientes de revista científica, constatou-se a concentração de artigos em revistas nacionais e prioritariamente nas áreas de Planejamento Urbano e Regional, Interdisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas, conforme se verifica no Quadro 3.

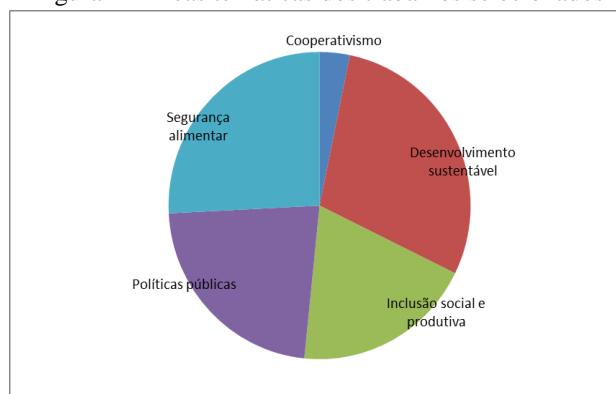
Quadro 3: Seleção final dos artigos em revista para análise

Relação de revistas	Quantidade	Área
Cadernos de Agroecologia	1	Interdisciplinar
Dignidade Re-vista	1	Filosofia
DRd – Desenvolvimento Regional em Debate	1	Planejamento Urbano e Regional
Redes - Revista do Desenvolvimento Regional	2	Planejamento Urbano e Regional
Revista de Economia e Sociologia Rural	1	Ciências Sociais Aplicadas
Revista Econômica do Nordeste	1	Ciências Sociais Aplicadas
Revista Orbis Latina	1	Interdisciplinar

Fonte: elaborado pelos autores.

Após a análise dos referenciais teóricos/conceituais, os temas de discussão dos trabalhos selecionados foram diversos, sendo os agricultores familiares o principal objeto empírico de estudo pelos autores. Os temas abordados perpassaram fundamentalmente por questões sobre cooperativismo, desenvolvimento sustentável, inclusão social e produtiva, políticas públicas e segurança alimentar, conforme se verifica na Figura 2.

Figura 2 - Áreas temáticas dos trabalhos selecionados



Fonte: elaborado pelos autores.

Para Brito, Ferreira e Pereira (2020), assim como para outros autores como Sacco dos Anjos e Becker (2014) e Schneider (2016), os agricultores familiares são parte importante no

alcance dos ODS, no que cabe à promoção do desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar e nutricional.

Após a realização dos filtros temáticos dos trabalhos selecionados, o exercício foi fazer a leitura dos trabalhos, para elucidar quais ODS estão diretamente ligados à agricultura familiar e o modo recorrente que estes foram pontuados nos estudos em questão (Quadro 4).

Quadro 4 - ODS identificados nos estudos mapeados.

ODS	Autores
1. Erradicação da pobreza	SACCO DOS ANJOS & BECKER (2014); PATRIOTA & PIERRI (2016); BRITO; FERREIRA & PEREIRA (2020); LEITE; CHACON & CUNHA (2021).
2. Fome zero e agricultura sustentável	FAO (2014); SACCO DOS ANJOS & BECKER (2014); PATRIOTA & PIERRI (2016); SCHNEIDER (2016); ALMEIDA; SÁ & ANNA (2018); DEPONTI. et al. (2018); GOMES & MEDEIROS (2018); SALES et al. (2019); SOUZA; VIANA & FONSECA FILHO (2019); BRITO; FERREIRA & PEREIRA (2020); KAWAKAMI; SOUZA & QUIRINO (2020); KRÜGER, N. R.; BASSO, D; VIEIRA, E. L. (2020); CHACON (2021); CARDOSO; RODRIGUES JUNIOR & GASPAR (2021); LEITE; CHACON & CUNHA (2021).
3. Saúde e bem estar	SCHNEIDER (2016); BRITO; FERREIRA & PEREIRA, (2020).
7. Energia limpa e acessível	SALES et al. (2019).
10. Redução das desigualdades	PICOLOTTO (2014); UDRY & DIAS (2018); SALES et al. (2019); LEITE; CHACON & CUNHA (2021).
11. Cidades e comunidades sustentáveis	SALES et al. (2019).
12. Consumo e produção responsáveis	SACCO DOS ANJOS & BECKER (2014); PATRIOTA & PIERRI (2016); SCHNEIDER (2016); SALES et al. (2019); BRITO; FERREIRA & PEREIRA (2020); LEITE; CHACON & CUNHA (2021); NICODEMO et al. (2021).
13. Ação contra a mudança global do clima	LEITE; CHACON & CUNHA (2021); NICODEMO et al. (2021).
15. Vida terrestre	SCHNEIDER (2016); BRITO; FERREIRA & PEREIRA (2020); NICODEMO et al. (2021).
ODS em geral	GREGOLIN et al. (2017); NAÇÕES UNIDAS (2021).

Fonte: elaborado pelos autores.

Diante desta análise, identificou-se que o ODS 2 “fome zero e agricultura sustentável” foi citado em 15 dos 21 trabalhos selecionados e tem sido objeto de debate para a maioria dos autores no que diz respeito a relação entre agricultura familiar e os ODS. Dentre as metas estabelecidas para o cumprimento de erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional e promover a agricultura sustentável, algumas dizem respeito diretamente ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos.

Para Deponti *et al.* (2018) e Kawakami, Souza e Quirino (2020), a perspectiva da SAN tornou-se essencial para associar a agricultura familiar como parte fundamental de uma estratégia pública de combate à fome e de desenvolvimento do país. Dessa forma, de acordo com a FAO (2014), a política pública é um caminho eficaz para contribuir com o alcance desse objetivo por meio de programas de transferência de renda, e também por meio da formulação de políticas públicas estruturantes, como a de fortalecimento da agricultura familiar.

Seguido do objetivo 2, o ODS 12 “consumo e produção responsáveis” apareceu em um terço dos estudos mapeados e perpassa as discussões sobre o desenvolvimento aliado à sustentabilidade, que dá a agricultura familiar, característica essencial a diversidade de produção, a qual perfaz uma das suas principais potencialidades ao introduzir estratégias de desenvolvimento rural sustentável (Bauinain, 2006). Perante o exposto, ao assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, como apontado no objetivo 12, Gregolin *et al.* (2017) explanam a importância da agricultura familiar se relacionar com o meio ambiente, seja na sua prática cotidiana (em especial a orgânica) ou na pouca pressão que a mesma exerce na expansão das fronteiras agrícolas, para alcance e promoção do desenvolvimento social, equitativo, econômico e ambiental de base sustentável e, como consequência, a consecução dos ODS.

Contextualizando a agricultura familiar e sua relação com os ODS

Organizações internacionais como a ONU, por meio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), têm incentivado o fortalecimento da agricultura sustentável para a promoção de uma alimentação nutricionalmente adequada e saudável (Souza; Viana & Fonseca Filho, 2019). Contudo, a agricultura que é referenciada não é aquela do monocultivo extensivo, da produção priorizada para a exportação e que gera a degradação do meio ambiente, mas sim, uma agricultura reivindicada para o desenvolvimento sustentável

adjetivada como familiar, na qual segundo Gregolin *et al.* (2017) necessita de políticas públicas, programas e ações de toda ordem para se manter viva e atuante para contribuir com o abastecimento alimentar da população a partir de práticas de manejo sustentáveis.

Para Brito, Ferreira e Pereira (2020), os agricultores familiares são parte importante no alcance dos ODS, no que cabe ao desenvolvimento rural e na promoção de ações de segurança alimentar e nutricional. Outros autores, como Sacco dos Anjos e Becker (2014) e Schneider (2016) corroboram com essa ideia ao apontar a agricultura familiar como a possibilidade mais conveniente e ideal para a construção do desenvolvimento rural sustentável. Mesmo com a concorrência do agronegócio e de suas cadeias curtas de comercialização, para Chacon (2021), a agricultura familiar continua sendo referência pela maior parte da produção de alimentos *in natura* no mundo, corroborando para o setor alimentício, o que pode garantir a segurança alimentar de considerável parte da população, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Além disso, é a partir das escolhas produtivas e no modo de organização socioproductivo que se pode encontrar respostas a algumas das atuais crises que a sociedade enfrenta, como é o caso da inflação dos produtos da cesta básica e combustível. Nesse sentido, Patriota e Pierri (2016) afirmam que a agricultura de pequena e média escala vem demonstrando, gradualmente, sua capacidade de contribuir com boa parte da solução de vários desafios globais vigentes ao se dispuser dos meios adequados. Citam-se os exemplos de desafios como o da perda de biodiversidade e da degradação dos solos, e até situações de insegurança alimentar e de pobreza.

Para contribuir nesse debate, Sachs (1993) apresentou cinco dimensões para o alcance da sustentabilidade. De acordo com o autor, qualquer planejamento que tenha por pretensão a promoção do desenvolvimento deve levá-las em consideração, a saber: 1.Sustentabilidade Social, 2.Sustentabilidade Econômica, 3.Sustentabilidade Ecológica, 4.Sustentabilidade Espacial e 5.Sustentabilidade Cultural (Sachs, 1993). Nesse enfoque, a materialização do desenvolvimento sustentável passa necessariamente pela redescoberta e reinvenção do meio rural, e sugere-se que deve acontecer com o apoio das políticas da agricultura familiar (e suas organizações coletivas), consolidando e modernizando o segmento seguindo suas especificidades e modos de vida (Gregolin *et al.*, 2017).

Para Schneider (2016) e Sales *et al.* (2019), no caso das organizações coletivas, especialmente as agroindústrias tradicionais familiares, essas são consideradas elo importante para a (re)conexão entre produção e consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis, além de

entrada para a inserção em mercados formais e viáveis, corroborando para uma devida inclusão produtiva dos agricultores.

Com a criação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326/2006), a ideia de sustentabilidade foi associada à produção agrícola de forma mais sólida, por meio de ações governamentais com proposição de políticas públicas, como a integração do tema às normas jurídicas de regulamentação da atividade agrícola de base familiar (Brito; Ferreira & Pereira, 2020, *apud* Medeiros, 2019). Para estes autores, os agricultores familiares exercem uma significativa função no alcance dos ODS, em especial para os objetivos 1, 2, 3, 10, 12, 13 e 15. A abertura da Década da Agricultura Familiar pela ONU em 2019, com o intuito de executar um plano de ação em combate à fome e à pobreza, vem corroborar com o que destacam Brito, Ferreira e Pereira (2020) ao pontuarem que a solução para a pobreza rural e a desigualdade estava em refazer e proporcionar o apoio do Estado ao setor agrícola e, especialmente, ao atender aos anseios da agricultura familiar dada as suas fragilidades e suas dificuldades em inserir em mercados.

No que tange ao ODS 1 de “acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares”, Gregolin *et al.* (2017) enfatizam que ao se levar em consideração o potencial de ocupação de pessoas na produção agrícola familiar, bem como a inserção de agricultores familiares nos mercados formais por meio do cooperativismo e associativismo já se constata ações que podem mitigar a pobreza rural, uma vez organizado, o agricultor tende a ter resultados econômicos melhores do que isolado. Segundo Leite, Chacon e Cunha (2021), o relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, intitulado “Agricultura para o Desenvolvimento” apontou que o aumento da produtividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura dos pequenos proprietários é o principal caminho para sair da condição de pobreza. Além disso, o potencial produtivo e diversificado de alimentos da agricultura familiar, bem como a vocação para o comércio justo, solidário e local/regional do cooperativismo se vincula diretamente ao ODS 2.

Dentre as metas estabelecidas para o cumprimento do segundo ODS: “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, relaciona diretamente ao fortalecimento da categoria da agricultura familiar e à promoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos. Cita-se, por exemplo, a meta 2.3, que refere diretamente ao fortalecimento e à inclusão produtiva de agricultoras e agricultores familiares, com ênfase na igualdade de gênero e na inclusão de grupos mais

vulneráveis, como povos indígenas e outros povos tradicionais e no acesso aos recursos produtivos, conhecimentos e mercados. E no caso da meta 2.4 faz referência à promoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e à adoção de práticas agrícolas resilientes, voltadas à manutenção dos ecossistemas, à adaptação às mudanças climáticas e à melhoria da qualidade do solo (Souza, Viana e Fonseca Filho, 2019).

Na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tornou-se essencial associá-la a agricultura familiar como parte fundamental de uma estratégia pública de combate à fome e de desenvolvimento rural do país. Dessa forma, as políticas públicas podem contribuir para potencializar o alcance desse objetivo. Em 2014, a FAO destacou que o Brasil reduziu de forma expressiva a fome, a desnutrição e a subalimentação (FAO, 2014). A explicação dessa redução nos indicadores se atribui a expansão dos programas de transferência de renda, e também a formulação de políticas públicas estruturantes, como a de fortalecimento da agricultura familiar e dos mercados institucionais (Deponi *et al.*, 2018; Kawakami, Souza & Quirino, 2020).

Contribuindo para a consecução dos ODS, merece destaque na área das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao enfrentar um problema crônico para os agricultores familiares: a falta de mercados formais para o escoamento da produção de pequena escala. Destaca-se também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, ao mesmo tempo em que contribui para a redução da desnutrição de crianças na fase escolar, traz impactos positivos para os empreendimentos coletivos da agricultura familiar (Gomes & Medeiros, 2018). Ambos também contribuem para a dinamização da economia local, principalmente de pequenos e médios municípios (Coletto *et al.*, 2021). Para Krüger, Basso e Vieira (2020), a relação entre agricultura familiar e a alimentação escolar é um exemplo evidente de esforços do Estado para a promoção do desenvolvimento sustentável. O crescente aumento no credenciamento de novas agroindústrias familiares, aptas a fornecerem gêneros alimentícios ao PNAE, é uma oportunidade que representa múltiplos impactos em relação ao desenvolvimento local e sustentável, ao propiciar conexão e alcance da SAN pelos escolares e à redução da pobreza e da fome em comunidades locais e de população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Sabendo que a alimentação e a agricultura estão relacionadas direta ou indiretamente a todos os ODS, de acordo com Almeida, Sá e Anna (2018), a produção de alimentos alinhada às inovações e práticas sustentáveis contribui para a melhoria da qualidade de vida, a redução

dos preços dos alimentos básicos e, ainda, para uma maior exportação de alimentos, corroborando para a dinamização da economia local/regional. Os programas de compras públicas possuem, com isso, grande potencial de contribuir para o alcance da Agenda 2030 da ONU. Destaque para o ODS 2 “Fome zero e agricultura sustentável” e o ODS 3 “Promoção da saúde e bem-estar”, por meio do aumento da renda familiar dos agricultores e também por oferecer alimentos mais saudáveis para população de baixa renda, conforme instituído nas normativas dos programas de compras governamentais. Trata-se, assim, de democratizar o acesso aos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos para a população em geral e promover ao mesmo tempo o desenvolvimento rural sustentável (Kawakami, Souza & Quirino, 2020).

No caso do Brasil, a multiplicidade de condições da agricultura familiar poderia parecer uma ameaça à produtividade e à competitividade. Não obstante, na prática, é o segmento que responde pelo alcance da segurança alimentar e pode representar uma oportunidade diferencial para que se estabeleçam novos modelos focados no manejo conservacionista dos recursos naturais. Em outras palavras, a agricultura familiar contribui de forma significativa para a conservação e uso sustentável das águas e pode colaborar para atingir as metas do ODS 6: “Água potável e saneamento” (Udry & Dias, 2018). No estudo de Gregolin *et al.* (2017) consideram a agricultura familiar como promotora do desenvolvimento com sustentabilidade, pois o seu desdobramento leva em consideração diversos aspectos que são tidos como primordiais pelos teóricos da sustentabilidade, tais como: respeito ao meio ambiente, liberdade e participação econômica, trabalho com vistas ao não comprometimento de gerações futuras e fortalecimento da economia local.

Além de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, políticas voltadas à inclusão produtiva no meio rural têm desempenhado papel fundamental para o alcance dos ODS, sobretudo para o ODS 10: “Redução das desigualdades”. Udry e Dias (2018) destacam a contribuição da pesquisa agropecuária na busca por soluções tecnológicas sustentáveis para direcionar o processo de inclusão produtiva e redução das desigualdades socioeconômicas, principalmente da população rural em situação de pobreza e extrema pobreza. Para tanto, fundamenta-se a relevância do desenvolvimento de pesquisas agrícola e pecuária para reduzir desigualdades no meio rural, sendo direta e indispensável para atualização tecnológica e inovação da população que vive no campo e dos profissionais que atuam com este público.

Por meio da implementação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, instituições de Ciência & Tecnologia, de forma indireta ou de assessoria, podem contribuir

através de suas pesquisas na geração de emprego e renda no campo, instalação de indústrias de beneficiamento, fomento às cooperativas agrícolas, aumento dos indicadores de arrecadação fiscal e, conseqüentemente, na melhoria da educação, saúde, transportes, dentre outros aspectos essenciais para o desenvolvimento rural sustentável. O aumento da produção e da produtividade agrícola permite reduzir os preços de gêneros alimentícios e, por sua vez, contribui para aumentar o poder de compra das populações em situação de pobreza e na redução das desigualdades sociais (Udry & Dias, 2018). No bojo da agricultura familiar, galgou-se a mudança de *status* de um segmento atrasado, ineficiente e inadequado para adjetivos como moderno, eficiente, sustentável, solidário e produtor de alimentos (Picolotto, 2014), em que o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação têm contribuído significativamente para a redução das desigualdades no campo e na inclusão socioproductiva desse segmento (Udry & Dias, 2018).

Corroborando nas discussões sobre desenvolvimento aliado à sustentabilidade, Bauinain (2006) destacou o papel fundamental da agricultura familiar, justamente pela sua característica essencial: a diversidade de produção, a qual perfaz uma das suas principais potencialidades para introduzir a agroecologia como estratégia de desenvolvimento rural. Ao assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, como apontado no ODS 12, o estudo dos autores Gregolin *et al.* (2017) reforça a importância como a agricultura familiar se relaciona com o meio ambiente, seja na sua prática cotidiana ou na pouca pressão que a mesma exerce na expansão das fronteiras agrícolas. Neste sentido, o ODS 13: "Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos" e 15: "Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade" encontram-se também contemplados pelo tema em questão.

A multifuncionalidade da agricultura familiar, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação do setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (Leite; Chacon & Cunha, 2021). Assim sendo, a sustentabilidade dos sistemas produtivos também tem sido alvo de proposição de políticas públicas, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o qual tem produzido impactos positivos ao fomentar não só a produção em bases sustentáveis, como também o uso e conservação dos recursos naturais, bem como o

estímulo do ensino e da pesquisa direcionados para uma agricultura de base ecológica (Gomes & Medeiros, 2018).

Apesar dos enormes desafios à formulação e à implementação de políticas em países em desenvolvimento, Patriota e Pierri (2016) destacam que esse “novo” enfoque liderado pela agricultura familiar está contribuindo para galgar mais atenção as suas especificidades e implicações concretas no decorrer da formulação de políticas de desenvolvimento rural. Investir nesse tipo de agricultura é relevante para o país, e mesmo já sendo referência, esse ensejo de valorização é alcançado graças aos avanços que foram promovidos pelas políticas públicas, criadas desde a década de 1990, especificamente para o setor (Almeida; Sá & Anna, 2018).

Seja como for, o fomento à agricultura familiar contribui para a diminuição da pobreza e da desigualdade no meio rural, maior diversificação e maior estabilidade na produção de alimentos, fortalecimento do abastecimento alimentar, desenvolvimento sustentável em nível local, redução do êxodo rural inclusive com retorno de gerações que haviam ido para a cidade. Questões como o acesso a terra e aos recursos naturais, linhas de crédito e seguro, assistência técnica e serviço de extensão rural, acesso aos mercados viáveis e fornecimento de infraestrutura rural, fazem parte de um repertório de políticas que deve ser adaptado, especificamente, às necessidades das atividades rurais de pequena escala de uso intensivo de trabalho e de maior sustentabilidade ambiental (Patriota & Pierri, 2016; Nicodemo *et al.*, 2021).

De modo geral, entende-se que a agricultura familiar contribui não somente no aumento da produção e no acesso a oferta de alimentos saudáveis, como também na distribuição de renda (ao dinamizar o comércio local) e no desenvolvimento sustentável do país (Almeida; Sá & Anna, 2018). Posto isso, Sales *et al.* (2019) observam que os agricultores e suas respectivas agroindústrias familiares necessitam de políticas públicas que fortaleçam as suas organizações. Verifica-se, então, que os empreendimentos produtivos coletivos de agricultoras e agricultores familiares alcancem o pleno desenvolvimento a partir do objetivo de redução da pobreza e da geração de renda, como também a redução do êxodo rural, a ponto de mudar a realidade das pessoas e promover qualidade de vida em equilíbrio com a natureza. Esses são, portanto, alguns dos elementos primordiais para a consecução dos acordos firmados em escala mundial, promulgados a partir da Agenda 2030 e dos ODS para alcance e promoção do desenvolvimento social, equitativo, econômico e ambiental de base sustentável,

além da geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares.

Em termos gerais, a família e o campo representam uma unidade que evolui de forma contínua e desempenha funções econômicas, ambientais, sociais e culturais na economia rural mais ampla e nas redes territoriais em que estão integradas. Diversos aspectos que são tidos como primordiais para consecução dos ODS fazem da agricultura familiar promotora do desenvolvimento sustentável, tais como: respeito ao meio ambiente, liberdade e participação econômica, trabalho com vistas ao não comprometimento de gerações futuras, igualdade de gênero e fortalecimento à economia local. Por isso da importância das capacitações no sentido de orientá-los nas práticas que promovam o desenvolvimento local sustentável e, assim, na internalização efetiva dos ODS.

Os agricultores familiares e suas organizações coletivas têm potencial para promover a sustentabilidade da agricultura e dos sistemas agroalimentares, o qual é necessário um ambiente regulatório favorável e essencial para apoiá-los. E para que este público alcance o pleno desenvolvimento a partir do objetivo de redução da pobreza e da geração de renda, a ponto de mudar a realidade das pessoas e promover qualidade de vida em equilíbrio com a natureza, chega-se a conclusão de que os agricultores familiares necessitam de ações e políticas públicas que fortaleçam as suas organizações, além da contribuição da sociedade como um todo, por meio de parcerias entre diferentes atores sociais, objetivando o apoio a causa e a prática de ações conscientes de respeito à vida e ao meio ambiente como forma de transformar a realidade local. Esses são elementos primordiais para consagrar os acordos firmados em escala mundial, promulgados a partir da Agenda 2030 e dos ODS para alcance e promoção do desenvolvimento social, equitativo, econômico e ambiental de base sustentável. Isto torna condição *sine qua non* para que os agricultores familiares possam ampliar sua contribuição para a sustentabilidade da localidade em que estão inseridos.

Conclusão

Os ODS representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, além de oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030, e nos dias atuais, diversas nações têm se mostrado impulsionadas a agir tendo-os como referência.

Ao revisar tratados sobre o desenvolvimento rural sustentável nota-se o expressivo papel da agricultura (especialmente a familiar) na promoção da sustentabilidade ambiental e

que os agricultores, dada a sua identidade cultural peculiar, são parte importante para o alcance dos ODS, no que concerne à promoção do desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar e nutricional da população em geral. Outro resultado identificado é que a agricultura familiar vem demonstrando, gradualmente, sua capacidade de fazer parte da solução de vários desafios globais vigentes desde que tenha os meios adequados para isso.

A partir da oficialização da Década da Agricultura Familiar (2019-2028), com o intuito de executar um plano de ação de combate à fome e à pobreza, a agricultura familiar passou a se destacar ainda mais no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir do aumento no número de publicações deste tema em 2018, como constatado nesta pesquisa. Com isso, tornou evidente a necessidade da participação do Estado para a formulação e melhorias de políticas públicas de inclusão social e produtiva para o fortalecimento desta categoria sociopolítica.

Portanto, para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030, o fortalecimento dos diferentes grupos da agricultura familiar é uma das principais metas para o cumprimento de uma agenda sustentável.

Referências

Almeida, I. C., Sá, I. B., & Anna, B. M. S. (2018). O direito humano a uma alimentação digna: como a agricultura familiar e as hortas domésticas auxiliam nesse direito. *Dignidade Re-Vista*, 3(6), 43-58.

Araújo, C. A. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11-32.

Buainain, A. M. (2006). *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. Brasília: IICA.

Brito, B. A. V., Ferreira, J. C. S., & Pereira, R. S. (2020). Política pública para o desenvolvimento regional sustentável fortalecido pela agricultura familiar no município de Rio Branco. In *Anais do 44º Encontro da Anpad* (pp. 1-16). Florianópolis, SC.

Cardoso, A. M., Rodrigues Junior, A. F., & Gaspar, M. P. (2019). *Agricultura sustentável: um estudo*. Núcleo de Estudos do Futuro, PUC-SP. Recuperado de: <https://bit.ly/3shLXcv>

Chacon, S. S. (2021). Semeando ideias para um campo sustentável. In Leite, M. L. S. (Org.). *Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade* (pp. s./p.). Foz do Iguaçu: CLAREC e-Books.

Coletto, T. D., Silva Filho, C. F., Benedicto, S. C., & Ferrari, V. E. (2021). Family agriculture as a means for sustainable local development in Brazil. *International Journal of Development Research*, 11(5), 47093-47100. <https://doi.org/10.37118/ijdr.21835.05.2021>

Deponti, C. M., Gomes, A. C., Arend, S. Z., Etges, V. E., Karnopp, E., Silva, T. L., & Boer, A. I. (2018). O mercado institucional da compra de alimentos da agricultura familiar: PAA e PNAE no território do Vale do Rio Pardo/RS. *Desenvolvimento Regional em Debate*, 8(1), 4-24. <https://doi.org/10.24302/drd.v8i1.1544>

Fao - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. (2014). *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional*. Brasília: FAO.

Fao - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. (2019). *Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar*. Recuperado de: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/>

Gomes, J. C. C., & Medeiros, C. A. B. (2018). A produção de alimentos e a erradicação da fome. In: Medeiros, C. A. B. et al. (Orgs.). *Fome zero e agricultura sustentável: contribuições da Embrapa* (pp. 11-18). Brasília: Embrapa.

Gregolin, M. R. P., Gregolin, G. C., Mattia, V., Corbari, F., Zonin, V. J., & Zonin, W. J. (2017). Agricultura familiar e economia solidária: contextualização e apontamentos iniciais sobre uma aproximação com os 17 objetivos para transformar nosso mundo. *Revista Orbis Latina*, 7(2), 45-74.

Kawakami, A. Y., Souza, L. L., & Quirino, C. B. (2020). Compras públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: desenvolvimento da agricultura familiar e a democratização do alimento orgânico no Distrito Federal. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2), 1-6.

Krüger, N. R., Basso, D., & Vieira, E. L. (2020). Alimentação escolar, agricultura familiar e objetivos de desenvolvimento sustentável: aproximações a partir de estudo no município de Catuípe/RS. *Salão do Conhecimento - INIJUI*, 6(6), 1-6.

Leite, M. L. S., Chacon, S. S., & Cunha, E. V. (2021). Esquadrinhando conceitos essenciais: políticas públicas, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e segurança alimentar. In: Leite, M. L. S. (Org.) *Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade* (pp. 11-28). Foz do Iguaçu: CLAREC e-Books.

Nações Unidas. (2021). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Recuperado de: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

Nicodemo, M. L., Moraes, L. F. D., Oliveira, R. E., & Queiroga, J. L. (2021). *Tecnologias agropecuárias apropriadas para a transição agroecológica na agricultura familiar*. São Carlos, SP: Embrapa Pecuária Sudeste (Documentos, 137).

Patriota, T. C., & Pierri, F. M. (2016). *O reconhecimento crescente da contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável*. One Pager Português 321, International Policy Center for Inclusive Growth. Recuperado de: <https://ideas.repec.org/p/ipc/opport/321.html>

Picolotto, E. L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 63-84. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>

Sacco dos Anjos F., & Becker, C. (2014). Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. *Revista Econômica do Nordeste*, 45, 67-78.

Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP.

Sales, R. M. M., Cavalcanti, M. T., Silva, K. J. M., Silva, P. J. (2019). Agroindústria familiar, ODS's e desenvolvimento alternativo: um estudo sobre a Fonte do Sabor do Semiárido Paraibano/Brasil. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, 24(3), 142-162. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14122>

Schneider, S. (2016). A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Revista do Desenvolvimento Regional – Redes*, 21(3), 11-33. <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.8390>

Sousa, D. N. (2019). O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares? Um estudo de revisão bibliométrica. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 36, e26347. <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2019.v36.26347>

Souza, A. Q., Viana, E., & Fonseca Filho, H. (2019). A transição agroecológica como estratégia para desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar e nutricional. In Zuffo, A. M. (Org.). *A produção do conhecimento nas ciências agrárias e ambientais* (pp. 6-17). Ponta Grossa: Atena Editora. <https://doi.org/10.22533/at.ed.8451926042>

Udry, M. C. F. V., & Dias, T. A. B. (2018). Agenda de pesquisa voltada à redução das desigualdades e à inclusão social. In Dias et al. (Orgs.). *Redução das desigualdades: contribuições da Embrapa* (pp. 23-30). Brasília: Embrapa.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 28/01/2022
Aprovado em: 03/09/2022
Publicado em: 19/12/2022

Received on January 28th, 2022
Accepted on September 03th, 2022
Published on December, 19th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Sousa, D. N., Jesus, M. E. R., & Grise, M. M. (2022). Contribuições da Agricultura Familiar para a Consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e13837. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13837>

ABNT

SOUSA, D. N.; JESUS, M. E. R.; GRISE, M. M. Contribuições da Agricultura Familiar para a Consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e13837, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13837>